

A chamada historiografia tradicional ocupa-se de fatos ditos relevantes, diz onde e quando aconteceram, e muitas vezes, até quais as mudanças que provocaram. Contudo, existem determinados aspectos que escapam deste registro historiográfico, pois ocorrem a nível capilar, infinitesimal. Partindo desse ponto de vista, pretende-se discutir a contribuição da genealogia do poder de Foucault enquanto possível método de pesquisa histórica.

É necessário frisar que a produção intelectual de Foucault percorreu todo um caminho antes de chegar a formular as questões que o levaram a constituir a genealogia do poder.

Guardadas as diferenças existentes entre as obras: História da Loucura (1961), O Nascimento da Clínica (1963), As Palavras e as Coisas (1966), e a Arqueologia do Saber (1969), pode-se englobá-las sob a denominação de fase arqueológica. A principal inovação metodológica era relacionar os discursos produzidos sobre determinados fatos com as instituições não se limitando aos saberes ditos oficiais. Mas, sim, procurando resgatar os saberes considerados desqualificados, inferiores ou marginais; observando, inclusive, como a distribuição do espaço físico também "fala" da prática.

A questão que orientará a fase posterior, a genealógica, será a relação entre o saber e o poder. Assim, a partir de Vigiar e Punir (1975), Foucault traçará uma concepção de poder diferente das que vigoravam até então. Para Foucault o Estado não é o sinônimo de poder. Assim como o poder não pertence a ninguém, e em si não existe, só existe o exercício do poder. Logo o Estado não será visto como detentor do poder.

Ao considerar a existência de poderes não circunscritos necessariamente ao âmbito do Estado, Foucault lança a possibilidade de um novo eixo de análise. É aí que está a grande inovação dessa metodologia: considerar a existência de micropoderes que circulam pela rede social, na medida em que ninguém os detém. Ao mesmo tempo que se exerce poder, não é possível escapar dos seus efeitos.

Os saberes são ao mesmo tempo efeito e resultante dos poderes. É o exercício do poder que produz saber, mas é o saber que leva ao exercício do poder. Saber e poder estão mutuamente implicados. Por isso é que através dos saberes produzidos sobre a delinquência, o exército, etc. que pode-se conhecer como é feito o controle do criminoso, do soldado. . . É através da análise da maneira como esse controle é feito que será possível conhecer a concepção sobre o crime, etc.

A análise de Foucault se deteve especificamente sobre um tipo de relação de poder constatada primeiro em prisões e mais tarde também em escolas, hospitais, conventos, fábricas e quartéis. O poder disciplinar utiliza uma tecnologia própria, cujos objetivos seriam aprimorar ao máximo a força útil do corpo e minimizar sua força política. Com esse intuito, a disciplina utiliza uma série de estratégias: a vigilância hierárquica que permitirá que todos vigiem e sejam vigiados; a individualização máxima (cada um é objeto de uma classificação segundo a rapidez e a habilidade); o controle estrito do tempo (passa a existir o modo e o tempo corretos para desempenhar uma tarefa).

O poder disciplinar não é visto simplesmente com algo

Limites e possibilidades do emprego da Análise Genealógica como Instrumento da Pesquisa Histórica

LILIAN ROSE MARGOTTO

MARIA BEATRIZ NADER

Professora de História do Departamento de História da Ufes.

que reprime, massifica e limita o indivíduo. Pelo contrário, o poder é produtor da individualidade. Ao esquadrihar, medir e controlar, a disciplina separa os indivíduos, pois ela não age sobre uma massa confusa. Ao atuar sobre os corpos, os aprimora e os adestra. Cada gesto deverá ser aprimorado a fim de que haja uma melhor relação entre um gesto e o restante do corpo. O bom emprego do corpo pressupõe um mínimo de desperdício de tempo e uma maior eficácia de resultados. Assim, sobre cada indivíduo será exercido o poder e produzido um saber correspondente.

Ao trabalhar a existência de micro-poderes Foucault tentará captá-los nas suas formas mais distantes do aparelho jurídico. Assim, o que interessará à genealogia é sobretudo o que exerce a nível cotidiano e elementar. A análise em momento algum ficará restrita aos saberes eruditos, aos códigos de leis. O que interessa é contrapor, comparar esses saberes com os saberes marginais que fogem ao senso comum e são desprezados pelos discursos oficiais.

É o rompimento com a concepção de poder como um todo, como algo delimitável que assinala uma das diferenças fundamentais da genealogia em relação à historiografia tradicional. É essa mudança que justificará que se leve em conta saberes localizados em outro ponto da rede social, ou seja, de saberes fora do âmbito do poder jurídico ou legislativo. Daí a questão de a genealogia constituir um instrumento que possibilitará a emergência de uma outra visão, mesmo a respeito de fatos já pesquisados. O objeto da genealogia não é a construção de uma história linear e seqüencial, ou fazer uma descrição de fatos "importantes", mas, trabalhar com aspectos elementares e cotidianos, que tornem evidentes saberes e poderes que estariam na gênese das relações que vigoram em uma determinada instituição. É através da genealogia que se torna possível o estudo dos valores, apreendendo-os em atos elementares cotidianamente repetidos.

Apesar da genealogia do poder se revelar um instrumento de pesquisa interessantíssimo, seu uso é limitado a algumas situações e em si, não constitui uma teoria ou metodologia acabada, mas uma maneira de apreender determinados fenômenos no âmbito das instituições.

BIBLIOGRAFIA

- FOUCAULT, Michel. As Ciências Humanas in **Estruturalismo: Antologia de Textos Teóricos**. Ed. Martins Fontes, p. 45 a 123.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 2ª edição.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: A Trajetória Arqueológica de Michel Foucault**. Rio de Janeiro, Ed. Graal.